



Espelho - Emenda de Acréscimo à Despesa

TIPO AUTOR Comissão	TIPO DE EMENDA APROPRIAÇÃO	EMENDA -----
------------------------	-------------------------------	------------------------

EMENTA
(cópia) Política Nacional de Justiça

MODALIDADE DE EMENDA Comissão	SEQUENCIAL 000001375
----------------------------------	---------------------------------------

ESFERA ORÇAMENTÁRIA
10 - Orçamento Fiscal

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO

ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública -
---	---

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA **14.422.5015.2017.0001**

FUNÇÃO 14 - Direitos da Cidadania	SUBFUNÇÃO 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
--------------------------------------	--

PROGRAMA
5015 - Justiça

AÇÃO
2017 - Política Nacional de Justiça

SUBTÍTULO
0001 - Nacional

LOCALIDADE BENEFICIADA
9000000 - Nacional

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO / UNIDADE DE MEDIDA Política implantada (unidade)	META 5	QTD META A ALTERAR 300
---	-----------	---------------------------

GND		MODALIDADE DE APLICAÇÃO		RP	em R\$ 1,00 ACRÉSCIMO
3	Outras Despesas Correntes	30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	8	30.000.000
3	Outras Despesas Correntes	50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	8	10.000.000
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	8	40.000.000
4	Investimentos	90	Aplicações Diretas	8	60.000.000

TOTAL: 140.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MODALIDADE DE APLICAÇÃO	ID	RP	em R\$ 1,00 CANCELAMENTO
000003149	188	9	Reserva de Contingência	99	A Definir	140.000.000

TOTAL: 140.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa alocar recursos para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas no âmbito da justiça e cidadania, com o enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao crime organizado; Implementação de projetos de democratização do acesso à cidadania e à justiça e promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, com incentivo à mudança de cultura da judicialização, de redução de litígios, por meio de realização de cursos de capacitação em autocomposição para operadores do Direito e para a sociedade em geral, desenvolvimento de ações voltadas à conscientização e à efetivação de direitos; Realização de eventos, estudos e pesquisas para formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas à democratização do Sistema de Justiça.